



Órgão: Prefeitura Municipal de Feira Nova  
Relatório Trimestral  
Período: 01/10/2022 a 31/12/2022  
Prefeito: Jean Simon Santos Arcieri

## 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Da análise efetuada, constatamos que durante o trimestre foram elaborados Demonstrativos de acordo com os Princípios da Contabilidade Pública, as Normas Gerais de Direito Financeiro preconizadas na Lei N° 4.320 de 17 de março de 1964, e as Instruções e Resoluções editadas pelo Tribunal de Contas do Estado, com observâncias aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

## 2. DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício financeiro de 2022 foi aprovado pela Lei N° 533/2021 de 15 de dezembro de 2021, alocando recursos na ordem de R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais), os quais correspondem aos dois poderes que compõem a Administração Pública Municipal, estando assim distribuídos:

RECEITAS CORRENTES	22.384.280,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	115.720,00
RECEITA INTRAORÇAMENTARIA	0,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>22.500.000,00</b>
DESPEAS CORRENTES	20.829.006,00
DESPEAS DE CAPITAL	1.651.994,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.000,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>22.500.000,00</b>

No exercício foram abertos créditos adicionais que suplementaram R\$ 17.091.359,02 e anularam R\$ 10.307.359,02 (anulação de dotação) e 6.784.000,00 (excesso de arrecadação). As fontes de recursos utilizadas para a abertura dos créditos suplementares foram as seguintes:

FONTE DE RECURSO	VALOR - R\$
Anulação de Dotação	10.307.359,02
Superávit Financeiro	0,00
Excesso de Arrecadação	6.784.000,00
Operação de Crédito	0,00
<b>Total</b>	<b>17.091.359,02</b>

  
JUCELINO FRANCISCO DE SOUZA  
SECRETÁRIO MUN. DE CONTROLE INTERNO



### 3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 3.1 - Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada

TITULO	ESTIMADA NO EXERCÍCIO	%	ARRECADADA NO PERÍODO	%	ARRECADADA ATÉ O PERÍODO	%
RECEITAS CORRENTES	22.384.280,00		6.690.907,32		25.109.013,75	
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00					
RECEITAS DE CAPITAL	115.720,00		3.125.799,20		4.312.192,87	
RECEITAS INTRAORÇAMENTARIA	0,00		0,00		0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>22.500.000,00</b>		<b>9.816.706,52</b>		<b>29.421.206,62</b>	

Os dados acima demonstram que a Receita Arrecadada para o período foi de R\$ **9.816.706,52** (nove milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos e seis reais e cinquenta e dois centavos), formando um montante de R\$ 29.421.206,62 (vinte nove milhões, quatrocentos e vinte um mil, duzentos e seis reais e sessenta e dois centavos) em relação ao total estimado para o exercício.

#### 3.2 - Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Liquidada

TITULO	RECEITA ARRECADADA	DESPESA LÍQUIDA	DIFERENÇA (+/-)
CORRENTES	6.690.907,32	8.757.355,77	2.066.448,45
CAPITAL	3.125.799,20	162.823,95	2.963.175,24
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.816.706,52</b>	<b>8.920.179,72</b>	<b>896.726,79</b>

O confronto entre a Receita Arrecadada Líquida e a Despesa Liquidada demonstra que o valor liquidado foi inferior à arrecadação da receita, o que representa um superávit no trimestre de R\$ **896.726,79** (oitocentos noventa e seis mil, setecentos e vinte seis reais e setenta e nove centavos).

#### 3.3 - Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga

A Despesa empenhada no período atingiu o montante de R\$ 4.091.979,90 (quatro milhões, noventa e um mil, novecentos setenta e nove reais e noventa centavos). O total de despesas liquidadas no período importou em R\$ 8.920.179,72 (oito milhões, novecentos e vinte mil, cento setenta e nove reais e setenta e dois centavos). Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foi pago neste trimestre a importância de R\$ 7.537.247,18 (sete milhões, quinhentos e trinta e sete mil, duzentos quarenta e sete reais e dezoito centavos.) conforme detalhamento abaixo:

TITULO	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	LIQUIDADA A PAGAR
ATÉ O PERÍODO	25.114.329,53	19.833.398,76	19.023.738,00	1.262.391,71
NO PERÍODO	4.091.979,90	8.920.179,72	7.537.247,18	1.382.932,54
<b>ACUMULADO</b>	<b>29.206.309,43</b>	<b>28.753.578,48</b>	<b>26.560.985,18</b>	<b>2.645.324,25</b>

JUCILENO FERNANDES DE SOUZA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO





#### 4. DO BALANÇO FINANCEIRO

Demonstra a movimentação de recursos de natureza orçamentária, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o trimestre seguinte, tendo o desdobramento a seguir:

RECEITA	R\$ 1,00
ORÇAMENTÁRIA	32.776.086,82
EXTRA-ORÇAMENTARIA	6.296.949,51
OUTRAS OPERAÇÕES (Transferências Financeiras Recebidas)	6.263.268,85
SALDO PERÍODO ANTERIOR	3.933.561,21
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>49.269.866,39</b>
<b>DESPESA</b>	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	29.209.094,62
EXTRA ORÇAMENTÁRIA	5.536.493,90
OUTRAS OPERAÇÕES (Transferências Financeiras Concedidas)	6.263.268,85
SALDO PARA O PRÓXIMO PERÍODO	8.256.009,02
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>49.264.866,39</b>

#### 5. DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial representa os bens, direitos e obrigações que compõem a substancia patrimonial, estando assim demonstrado:

ATIVO	R\$ 1,00
ATIVO FINANCEIRO	8.292.824,80
ATIVO PERMANENTE	11.883.020,03
<b>SOMA DO ATIVO REAL</b>	<b>20.175.844,83</b>
ATIVO COMPENSADO	
<b>TOTAL GERAL DO ATIVO</b>	<b>20.175.844,83</b>
<b>PASSIVO</b>	
PASSIVO FINANCEIRO	4.054.376,16
PASSIVO PERMANENTE	12.565.083,83
<b>SOMA DO PASSIVO REAL</b>	<b>16.619.459,99</b>
ATIVO REAL LIQUIDO	0,00
PASSIVO COMPENSADO	0,00
SALDO PATRIMONIAL	3.556.384,84
<b>TOTAL GERAL DO PASSIVO</b>	<b>20.175.844,83</b>

JUCILENO FRANCISCO DE SOUZA  
SECRETÁRIO MUN. DE CONTROLE INTERNO



## 5.1 - Situação Financeira

A situação financeira evidenciada no período selecionado apresentou um superávit verificado em R\$ **4.238.448,64** (quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), onde foi possível verificar, que o Ativo Financeiro foi superior, conforme valores informados no demonstrativo das variações patrimoniais apresentado abaixo:

TITULO	VALOR - R\$
Ativo Financeiro	8.292.824,80
(-) Passivo Financeiro	4.054.376,16
<b>Déficit Verificado</b>	<b>4.238.448,64</b>

## 6. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, visando manter o equilíbrio entre as receitas arrecadas e as despesas realizadas. A seguir apresentamos comentários sobre os pontos específicos:

### 6.1 Relatórios bimestrais

Identificamos o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (bimestral), que foi elaborado pela Equipe Técnica de Contabilidade do Município e encaminhados ao Tribunal de Contas, em obediência à LRF.

### 6.2 Limites Constitucionais – janeiro a dezembro/2022

Gastos com:	Exigido (%)	Cumprido (%)	Déficit/Superávit (R\$)
SAÚDE	15 %	18,14	+ 609.308,93
MDE	25 %	26,76	+ 362.457,34
FUNDEB	70 %	110,74	+ 2.051.764,71

GASTO COM PESSOAL (de acordo com a despesa contabilizada)				
LIMITE LEGAL PERMITIDO LRF: 54% (Últimos 12 meses)				
De acordo com a resolução 320/2019 (Pub. 21/02/2019) e 321/2019 (Pub. 25/04/2019)				
RCL	Limite legal 54%	Despesa	Percentual	Excesso
			63,62	+ 2.522.295,01

JUCILENO FRANCISCO SILVA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO





## 7. DO LEGISLATIVO

### LIMITE LEGAL

O repasse ao Poder Legislativo vem sendo efetuado no dia 20 de cada mês, assegurando o cumprimento do limite máximo estabelecido no Art. 29-A, § 2º, Inc. I, da CF/88.

### 7.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência), trouxe novos dispositivos a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal – (LRF) determinando a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, do Distrito Federal e dos Municípios. A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação) regulariza o direito ao cidadão ter acesso à informação. Ela determina que o acesso seja uma REGRA e o sigilo, passou a ser a exceção. Para tanto, o município vem promovendo melhorias e adequações no Portal da Transparência e todas as informações encontram-se disponibilizadas através do site: (<https://w.w.feiranova.se.gov.br>) na aba transparência. Na última avaliação do TCE o Portal obteve nota 8,3.

### 7.2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA – Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19)

A Pandemia Mundial, através do surto de COVID19, nos trouxe novas legislações que deverão ser obedecidas evitando as possíveis punições dos órgãos fiscalizadores. Desta forma o município disponibiliza todas as informações sobre os gastos com as ações de enfrentamento a COVID-19, através do site (<https://w.w.feiranova.se.gov.br>) no BANNER apresentado na página inicial e na aba TRANSPARÊNCIA no mesmo portal.

### 7.3 PROCESSOS LICITATÓRIOS

Os Processos Licitatórios foram digitalizados e remetidos ao site do TCE/SE, portal do Jurisdicionado, bem como ao portal de transparência do Município de Feira Nova, obedecendo aos dispositivos legais em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002 e demais Leis correlatas.

  
JUCILENO FRAZÃO DE SOUZA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO



#### ALMOXARIFADO

O almoxarifado mantém todos os registros de materiais com sua descrição e preço de aquisição, proporcionando um melhor controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição, de entrada e saída, atualizado até a presente data. Reiteramos a necessidade de realização de melhorias nas instalações do almoxarifado central.

#### PATRIMÔNIO

Foram colocadas novas plaquetas de identificação dos bens patrimoniais e uma equipe está atualizando os registros de cada item.

#### CONTROLE DE FROTA

Reiteramos a necessidade de implantação urgente de um sistema de controle da frota de veículos.

#### CONCLUSÃO

No 4º Trimestre/2022, pela documentação analisada e de acordo com os procedimentos operacionais que acompanhamos, verificamos que o município de Feira Nova continua efetuando o pagamento dos servidores efetivos dentro do mês de referência, pagou o décimo terceiro salário a todos os funcionários, está cumprindo com o pagamento das prestações mensais do parcelamento dos salários e décimo terceiro de dezembro/2020 e permanece com a maioria das obrigações correntes em dia. Houve uma elevação no montante de aplicação de recursos próprios nos serviços públicos de saúde e educação, visto que, no exercício/2021 o município aplicou, respectivamente, 15,53 % e 24,93 %, descumprindo, em parte, dispositivo Constitucional que obriga a aplicação mínima de 15% na Saúde e 25% na Educação. Em 2022, o município aplicou, respectivamente, 18,14 e 26,76, cumprindo as exigências e compensando o percentual não atingido na educação em 2021. Houve também uma transição tranquila no cumprimento das normas de implantação do SIAFIC e no fechamento do exercício/2022.

No mais, não constatamos falhas, irregularidades ou desperdícios na gestão dos setores e dos recursos da Prefeitura Municipal de Feira Nova. Por fim, destacamos que todas as atividades desenvolvidas e os apontamentos realizados aos setores e recomendações efetuadas encontram-se arquivadas e disponíveis para análise do Tribunal de Contas do Estado.

Feira Nova-SE, 30 de dezembro de 2022.

  
JUCILENO FRANCISCO DE SOUZA  
SECRETÁRIO MUN. DE CONTROLE INTERNO